



VOLUME – V. 4
NÚMERO – N. 1
JUN. – 2026
ISSN: 2966-1439
P. 42-63

A IMAGEM DA MULHER LEITORA NO *JORNAL DAS FAMÍLIAS*

THE IMAGE OF THE FEMALE READER IN THE *JORNAL DAS FAMÍLIAS*

Valdiney Valente Castro ¹

RESUMO: A ideia de arquivo tem sido frequentemente entendida como um simples conjunto de materiais armazenados. Contudo, ao analisar os textos de autores como Nora, Foucault, Derrida e Pêcheux, é possível expandir essa concepção, vinculando-a à ideia de memória. Tal abordagem permite um aprofundamento conceitual, pois não apenas amplia a noção de arquivo ao integrá-la com questões discursivas, como também possibilita a análise das ideologias que as fontes carregam enquanto memória construída. Nesse contexto, propõe-se uma reflexão sobre elementos específicos — como a parte editorial, as ilustrações, a capa, as seções e o expediente — do *Jornal das Famílias*, publicado por Garnier no Rio de Janeiro, entre 1863 e 1878. O estudo desse periódico evidencia uma preocupação em promover a moralização e educar a mulher para os papéis sociais de boa esposa e mãe, uma imagem passiva que reflete os valores da sociedade patriarcal da época.

Palavras-chave: Arquivo. *Jornal das Famílias*. Leitora.

ABSTRACT: The idea of an archive has often been understood as a simple collection of stored materials. However, by analyzing the texts of authors such as Nora, Foucault, Derrida, and Pêcheux, it is possible to expand this conception, linking it to the idea of memory. This approach allows for a deeper conceptual understanding, as it not only broadens the notion of archive by integrating it with discursive issues, but also enables the analysis of the ideologies that the sources carry as constructed memory. In this context, this study proposes a reflection on specific elements—such as the editorial content, illustrations, cover, sections, and masthead—of the *Jornal das Famílias*, published by Garnier in Rio de Janeiro between 1863 and 1878. The study of this periodical reveals a concern with promoting moralization and educating women for the social roles of good wife and

¹ Doutorado em Estudos Literários. PPGL-UFAM/CEUMAP. valdineyvalente@hotmail.com

mother, a passive image that reflects the values of the patriarchal society of the time.

Keywords: File. *Jornal das Famílias*. Reader.

INTRODUÇÃO: MEMÓRIA E ARQUIVO

A valorização do tempo tornou-se mais evidente do que nunca. Vivemos uma crescente luta para congelar o fluxo das horas, tentando aproveitar ao máximo cada instante. Essa aceleração, aliada aos avanços tecnológicos criados pela humanidade, gerou um acúmulo de informações que a memória humana não é capaz de absorver completamente. Em resposta a isso, surgem constantemente inovações destinadas à preservação das lembranças. As ferramentas tecnológicas, por sua vez, expandiram as maneiras de guardar recordações, refletindo um aspecto que sempre fascinou: evoluímos do tradicional diário para as possibilidades oferecidas pela multimídia, facilitando não só o armazenamento das memórias, mas também a personalização de fotos e vídeos, permitindo manipular os suportes físicos e adaptá-los conforme o desejo de quem os registra.

Por conta disso, é necessário repensar e ampliar a definição de arquivo. O entendimento mais comum sobre o termo geralmente remete a uma perspectiva histórica, descrevendo-o como “acumulação ordenada dos documentos, em sua maioria textuais, criados por uma instituição ou pessoa, no curso de sua atividade, e preservados para a consecução de seus objetivos, visando à utilidade que poderão oferecer no futuro” (Paes, 2002, p. 16). Nesse conceito tradicional, a organização dos documentos, a classificação cuidadosa e os métodos de conservação são responsabilidades centrais para garantir a funcionalidade que se atribui aos arquivos.

Heloísa Liberalli Bellotto (2004), ao adotar uma abordagem como pesquisadora, propõe enxergar os arquivos como essenciais para construir a herança das instituições. Sob essa perspectiva, o arquivo é considerado um importante repositório de memórias, reunindo documentos diversos para preservar e permitir a recuperação da memória coletiva. Os registros guardados pelo homem ou pelo tempo são denominados fontes e se tornam indispensáveis

para o trabalho de historiadores, que delas se valem para reconstituir aspectos do passado.

A análise desses materiais é fundamental, pois possibilita entender as circunstâncias em que foram produzidos. Cabe destacar que as informações disponíveis não refletem tudo o que existiu, mas apenas o que foi selecionado e preservado através de escolhas realizadas por diferentes agentes ao longo da história.

Sendo assim, são apenas vestígios, isto é:

indício daquilo que foi perdido: de um lado, por sua própria definição, o vestígio é a marca de alguma coisa que foi, que passou, e deixou apenas o sinal de sua passagem; de outro aquilo que não deixou lembrança e pura e simplesmente desapareceu... sem deixar vestígio – todos os arquivistas sabem que perto de nove décimos dos documentos são destruídos para um décimo conservado (Rousso, 1998, p. 17).

Lowenthal (*apud* Jardim, 1995) relaciona o conceito de indícios à noção de relíquias, interpretando-as como vestígios de processos antigos que precisam ser compreendidos à luz do presente para que seu significado seja ampliado. Sob esse prisma, os documentos são cuidadosamente preservados e revisitados como referências informativas. Paul Ricoeur, em *A memória, a história e o esquecimento*, observa que o arquivo, uma vez acessível à consulta e à leitura, assume o papel de um espaço físico dedicado ao acolhimento de vestígios particulares: os rastros documentais — distintos das marcas cognitivas ou emocionais (2007, p. 177). Essa aproximação entre conceitos como vestígios, indícios, relíquias e rastros reforça a ideia de que todo arquivo contém apenas fragmentos remanescentes do passado e, por isso mesmo, é inevitavelmente incompleto.

Tal incompletude gera uma lacuna entre a intenção inicial do autor do documento, as imagens evocadas por ele e as interpretações construídas pelos historiadores. Assim, é essencial ampliar nossa compreensão sobre arquivos, deixando de tratá-los apenas como repositórios de vestígios e reconhecendo-os também como espaços de memória ativa. Nesse sentido, Jacques Le Goff (1984) aproxima a ideia de documentos à dos monumentos, entendendo ambos como heranças do passado que carregam traços da memória coletiva. Com essa expansão

conceitual, os arquivos transcendem sua função de simples depósitos de registros antigos e passam a atuar diretamente na construção da memória.

Assim, os arquivos não devem ser vistos como meros museus estáticos, mas sim como espaços permeados pela subjetividade daqueles que os interpretam. Os arquivos são frutos do esforço social — consciente ou não — voltado para preservar imagens, registros, evidências e rastros das dinâmicas sociais ao longo do tempo. Uma vez que muitas vivências do passado já não podem ser recuperadas diretamente, tornam-se imprescindíveis os chamados lugares de memória, destinados a manter viva a lembrança daquilo que parece perdido. Nessas reflexões sobre memória e preservação, Pierre Nora escreve sobre esses lugares como verdadeiras barricadas contra o esquecimento.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumados guardados nada mais faz do que levar a incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora. mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos (Nora, 1993, p. 25).

Parece inescapável, neste ponto, vincular, na sequência dessa ideia de arquivo, a conexão entre memória e história. A história tem sido compreendida como o estudo da memória coletiva, que é quase sempre incompleto e frequentemente equivocado. O campo histórico se dedica à reconstrução do que já não existe mais, funcionando como uma representação do passado. Para reconstituir eventos passados, o historiador deve adotar uma abordagem minuciosa e analítica, examinando os arquivos de forma científica. Graças a essa perspectiva objetiva, os acontecimentos históricos são apresentados como universais, sem pertencer a ninguém. O caráter em constante evolução da memória, que é sempre dinâmica, contraria isso:

A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento. Inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações (Nora, 1993, p. 13).

A reflexão trazida por Pierre Nora destaca a natureza etérea e dinâmica da memória, que está em constante construção. Ela reafirma lembranças passadas, rejeita outras ou as transforma completamente, demonstrando que a memória não se restringe a um registro cristalizado do passado, mas se mantém viva no presente por meio de ressignificações contínuas.

Desde sempre, a humanidade tem demonstrado a necessidade de preservar memórias, o que justifica sua incessante busca por registros e documentos. Por meio desses arquivos, os indivíduos procuram entender a história e, a partir dela, aprofundar suas percepções sobre o presente. Atualmente, essa necessidade de registrar tornou-se uma marca do nosso tempo. Nunca houve uma produção tão massiva de material documental como ocorre nos dias de hoje. Historicamente, entidades como a Igreja, o governo e famílias aristocráticas eram os principais responsáveis pela elaboração desses registros, moldando-os muitas vezes para atender a interesses específicos e legitimando ideologias vantajosas para si.

Um exemplo notável dessa prática são os documentos produzidos durante a monarquia em Portugal, especialmente aqueles mantidos na Torre do Tombo. Nesses registros, era comum que o monarca instrísse o guarda-mor a criar narrativas históricas que enaltecessem seu poder e feitos. Algumas delas chegavam ao ponto de relatar batalhas em que reis, sozinhos, derrotavam exércitos inteiros, enfrentavam leões ou até mesmo dragões — construções claramente fantasiosas que buscavam reforçar uma imagem idealizada e grandiosa da realeza.

Esse cenário evidencia como os arquivos exercem um papel crucial na preservação da memória coletiva. Contudo, essa memória frequentemente carrega as marcas de disparidades sociais, relegando os menos favorecidos ao esquecimento. Por isso, Michel Foucault propõe enxergar o arquivo não como um instrumento de confirmação absoluta da verdade, mas como algo permeado por disputas de poder e perspectivas seletivas:

Não entendo por esse termo a soma de todos os textos que uma cultura guardou em seu poder como documentos de seu próprio passado, ou como testemunho de sua identidade mantida; não entendo tampouco, as instituições que, em determinada sociedade, permitem registrar e conservar os discursos de que se ter lembrança e manter a disposição. Trata-se antes e, ao contrário, do que faz com que tantas coisas ditas por tantos homens, há tantos milênios, não tenham surgido apenas seguindo o jogo das circunstâncias, que não sejam simplesmente a sinalização, no nível das performances verbais, do que se pôde desenrolar na ordem do espírito ou na ordem das coisas; mas que tenham aparecido graças a todo um jogo de relações que caracterizam particularmente o nível discursivo, que em lugar de serem figuras adventícias e como que inseridas um pouco ao acaso, em processos mudos, nasçam segundo regularidades específicas, em suma, que se há coisas ditas – e somente estas –, não é preciso perguntar sua razão imediata às coisas que aí se encontram ditas ou aos homens que as disseram, mas ao sistema da discursividade, às possibilidades e às impossibilidades enunciativas que ele conduz (Foucault, 2007, p. 54).

Para Foucault, o conceito de arquivo está intrinsecamente ligado à ideia de discursividade. Ele é moldado pelas escolhas de quem organiza os documentos, revelando discursos estruturados conforme um olhar específico. Foucault rejeita as concepções tradicionais de arquivo, como a soma de todos os textos preservados por uma cultura para documentar seu passado ou como testemunho de sua identidade. Ele também questiona a visão institucional do arquivo como um espaço destinado a registrar e conservar apenas os discursos que merecem lembrança ou uso. Assim, o filósofo francês desmistifica a elevação do arquivo como um símbolo absoluto de autoridade e legitimidade, destacando a necessidade de investigar quem selecionou os documentos, que ideologias eles representam ou rejeitam, com qual objetivo foram arquivados, entre outras reflexões.

Um exemplo notável dessa abordagem é o trabalho de Arlette Farge na Biblioteca do Arsenal, em Paris. A historiadora examinou as *lettres de cachet* (cartas reais que ordenavam prisões) do século XVIII, documentos enviados pelas famílias francesas ao rei solicitando a detenção de membros que haviam desonrado o nome familiar. Em parceria com Foucault, Farge publicou *Le désordre des familles: Les lettres de cachet des archives de la Bastille*, obra que explorou temas considerados pouco tradicionais no universo acadêmico, como a pobreza, as

emoções dos marginalizados, os excluídos e o chamado "povo". A imersão nos arquivos permitiu desconstruir certezas científicas profundamente arraigadas, obrigando uma análise mais atenta e evidenciando as limitações das metodologias gerais e definições teóricas preexistentes. Em seu livro *O sabor do arquivo*, a historiadora reflete que "os arquivos são os instrumentos de inteligência da história" (Farge, 2009, p. 51). Ao mesmo tempo que são singulares e complexos, demandam uma abordagem prática e sensível à sua materialidade. Definir os "fundos de arquivos", segundo ela, "felizmente não exaure seus mistérios nem profundidades" (Farge, 2009, p. 12).

A percepção do arquivo carregada de desconfiança também está presente nas reflexões de Derrida, que se opõe à ideia de arquivo como um museu — um espaço apenas para armazenar o esquecido, algo estático e fixo. Derrida critica a visão do arquivo como uma massa documental congelada, que olha exclusivamente para o passado sem integrar reflexões sobre o presente e o futuro. Esse é um problema recorrente nas instituições atuais: a preocupação excessiva apenas com a acumulação de documentos, materiais e objetos. Derrida diagnostica essa postura como o "mal de arquivo". Inspirando-se na concepção freudiana que associa memória a traços psíquicos e escrituras impregnadas por culpa, Derrida (2001) reinterpreta esse entendimento, estabelecendo uma ligação entre mal-estar e arquivo, originando sua teoria do "mal de arquivo".

Esse "mal" ocorre quando espaços de memória passam a tratar os documentos com um respeito quase religiosamente incontestável, atribuindo-lhes verdades e autoridades absolutas. Foucault demonstra incisivamente a necessidade de abordar os documentos não como representações absolutas da verdade, mas como produtos inerentes a processos discursivos. Isso demanda tornar viva a memória arquivada por meio da subjetividade e da reflexão crítica. Caso contrário, muitas fontes correm o risco de serem tratadas como depósitos inertes ou verdadeiros "museus de museus."

Ainda no debate entre memória e arquivo, Michel Pêcheux (1982) propõe um deslocamento no sentido tradicional do termo, relacionando-o não apenas ao acervo físico, mas também à teoria do discurso. Para Pêcheux, toda linguagem carrega significados formados por relações sociais e históricas pré-existentes.

Assim, mesmo nas enunciações cotidianas dos sujeitos, há uma memória — ou um "arquivo" discursivo — que informa os sentidos das palavras em determinados contextos. Essa memória discursiva difere dos arquivamentos materiais ou institucionais, pois revela ideologias profundas associadas ao uso da linguagem. Essas marcas contextuais são reveladoras da ideologia e das maneiras como diferentes "verdades" são construídas e transmitidas. Compreender um arquivo sob essa ótica ampliada — como um espaço regido por discursos ideológicos moldados por quem o organiza — transforma radicalmente a leitura e interpretação dos documentos. E é nessa perspectiva crítica que se deve avançar para investir em uma análise mais rica e compreensiva sobre o papel dos arquivos na construção da memória histórica.

Este estudo toma como tema a representação da leitora no *Jornal das Famílias* (1863–1878), com o objetivo de analisar como esse periódico oitocentista se constitui como um arquivo discursivo produtor de memória e ideologia patriarcal. Para tanto, a delimitação empírica restringe-se à análise de componentes formais e editoriais específicos da publicação — a saber, a parte editorial, as ilustrações, a capa, as seções e o expediente —, investigados sob o aporte teórico de Nora, Foucault, Derrida e Pêcheux. Essa delimitação metodológica permite interrogar o suporte não como mero depósito de textos, mas em sua condição de arquivo, revelando os mecanismos de seleção e poder que forjaram a imagem de passividade e domesticidade da mulher da época.

A MULHER LEITORA NO *JORNAL DAS FAMÍLIAS*

O francês Baptiste Louis Garnier publicou, no Brasil, a *Revista Popular* entre 1859 e 1862. O periódico tratava de temas diversos, como economia política, romances, poesia, agricultura, perfis biográficos, colonização, filologia e ciências naturais, entre outros. Apesar de não alcançar grande êxito, a boa recepção e a regularidade da revista incentivaram Garnier a lançar, em janeiro de 1863, o *Jornal das Famílias*, que obteve enorme sucesso e encantou as leitoras brasileiras até 1878.

Essa nova publicação possuía, no mínimo, cerca de 32 páginas ricamente

ilustradas, com imagens coloridas e formato in-fólio 8², sendo editada em Paris. Há várias razões para a produção ocorrer fora do Brasil: segundo Hallewell (1985), a empresa dos irmãos na França reduzia custos e assegurava melhor qualidade gráfica. Além disso, havia grande interesse do público por produtos franceses e, com a introdução do navio a vapor nas rotas do Atlântico Sul, o tempo de viagem para a Europa caiu de 75 para 22 dias, sem comprometer os prazos de entrega.

O periódico contava com dois endereços para assinatura: na rua do Ouvidor, 69, no Rio de Janeiro, e na rua de l'Abbaye, 14, em Paris. A assinatura anual custava 10\$000 para o Rio de Janeiro e Niterói e 12\$000 para as demais províncias, enquanto o exemplar avulso era vendido por 1\$000. Esses valores permaneceram inalterados ao longo dos anos, indicando que a circulação era restrita a um público com maior poder aquisitivo.

O intervalo entre a produção dos textos e sua chegada aos leitores, que ultrapassava um mês, não comprometia o conteúdo, já que a função do jornal não era noticiar fatos recentes. Por outro lado, a edição em Paris permitia que a seção de moda acompanhasse as últimas tendências da capital francesa. Ao final, o jornal incluía um suplemento com desenhos de bordado e crochê, além de moldes dos figurinos apresentados. A publicação era mantida exclusivamente por assinaturas, sem anúncios publicitários. Apenas em setembro de 1875 aparece uma propaganda, do leite antephelico de Candés. Fora isso, divulgavam-se apenas livros editados por Garnier e novidades disponíveis em sua livraria.

O periódico contou com diversos colaboradores. Entre eles, nomes conhecidos como Machado de Assis e Joaquim Manuel de Macedo, além de políticos, funcionários públicos, religiosos, mulheres da elite e professores, que contribuíram para sua longevidade. Segundo Maria Helena Câmara Bastos (2002), ao todo foram identificados 59 colaboradores³. Destacam-se, entre eles,

² Esse formato é de acordo com a dobra do papel de impressão: quando a folha é dobrada uma vez, gera quatro páginas, e quando dobrada duas vezes, gera oito páginas com tamanho 27 x 17 cm.

³ Alexandra Pinheiro comparou as alterações que foram ocorrendo ao longo dos anos na lista dos colaboradores e, após perceber que alguns colaboradores não entravam na listagem divulgada pelo próprio jornal, chegou à conclusão de que deveriam existir os colaboradores oficiais, que mantinham uma regularidade na publicação de seus textos, e outros, que colaboravam

Paulina Philadelphia, Victoria Colona e Maria Inagcia Magna, que atuavam em seções como Anedotas, Poesia, Mosaico e Economia Doméstica.

O jornal apresentava seções fixas e outras que se modificaram ao longo do tempo. Quatro delas estiveram presentes em todas as edições: “Romances e Novelas”, “Mosaico e Anedotas”, “Poesias” e “Modas e Trabalhos”. Entre essas, as mais populares eram “Romances e Novelas”, que abria o periódico, e “Modas e Trabalhos”, seção final acompanhada de um suplemento com moldes⁴.

A análise de trechos do acervo permite compreender tanto a proposta ideológica da publicação quanto as relações sociais do público leitor a que se destinava. No primeiro editorial o *Jornal das Famílias*, novo periódico, era assim lançado:

O benigno acolhimento com que foi sempre recebida, durante cinco anos completos, a Revista Popular já pelo público desta Corte, já pelo das demais províncias do império, é credor da cordial gratidão que, com prazer, lhe tributamos. Ao seu auxílio devemos certamente a coragem com que encaramos todas as dificuldades que apareceriam contra o bom desempenho do nosso cargo. Os nossos leitores sabem que, bem ou mal, não comprometemos uma só vez a pontualidade da revista.

Hoje, mais corajosos do que antes, convencidos de que auxílio não nos abandonará, e por isso mesmo que desejamos corresponder-lo de algum modo mais plausível, resolvemos sob o novo título do *Jornal das Famílias*, melhorar nossa publicação.

Mais do que nunca dobraremos os nossos zelos na escolha dos artigos que havemos de publicar, preferindo sempre os que mais importarem ao país, à economia doméstica, à instrução moral e recreativa, à higiene, numa palavra, ao recreio e utilidades das famílias.

Literatura amena, algumas ilustrações, muitas gravuras, desenhos à aquarela coloridos, moldes de trabalhos de croché, bordados, lã, tapeçaria; figurinos de modas; peças de música inéditas; para o qual tem contratado os melhores artistas (*Jornal das Famílias*, janeiro de 1863).

O texto sugere que o novo jornal é apresentado como uma continuidade da *Revista Popular*, mas deixa evidente que existem diferenças significativas entre os dois. Enquanto a *Revista Popular* tinha como objetivo atingir um público mais

esporadicamente. Assim, há provavelmente, mais nomes de colaboradores do que a lista de divulgação apresentava.

⁴ Maria Helena Câmara Bastos (2002) em seu artigo *Leitura das Famílias Brasileiras no século XIX: o Jornal das Famílias (1863-1878)* trata especificamente das seções do periódico e elabora um gráfico onde mostra a quantidade de publicações de cada seção por ano.

amplo, o novo jornal foca especificamente nas leitoras mulheres. Além disso, houve alterações na periodicidade, uma reestruturação das seções, a inclusão de novos colaboradores e a introdução de conteúdos inéditos. É importante destacar que o novo jornal é descrito como uma edição aprimorada, com foco exclusivo na formação familiar, diferenciando-se pela abordagem mais direcionada e distante da diversidade temática do periódico anterior.

O editorial também adianta os temas principais que farão parte dessa nova proposta: narrativas, poesias, culinária, higiene e moda, indicando uma intenção de promover instrução moral para o público-alvo⁵. Apesar disso, cabe notar que o discurso do editorial menciona as famílias como destinatárias do conteúdo e não se restringe exclusivamente às mulheres. Ainda assim, fica claro que os assuntos abordados têm forte apelo ao interesse feminino.

Em 1864, com um ano de atividade, o periódico lança novo texto:

Um ano.(...) Envidamos todos os esforços, não nos poupamos a despesas e sacrifícios afim de dar aos leitores e sobretudo às gentis leitoras que se dignam dispensar conosco algumas horas e lançar os olhos às páginas que escrevemos, um volume nítido, variado, elegante, digno de ornar, pela amenidade de seus artigos, pela perfeição de seus desenhos, pelo fino de suas gravuras, pela delicadeza de sua impressão, as estantes dos literatos, os gabinetes dos artistas, e o perfumado camarim de nossas amáveis leitoras. Que cumprimos a missão a que nos comprometemos, prova-o o acolhimento em extremo lisonjeiro que recebemos do público, acolhimento que, a continuar, como esperamos, nos permitirá a realização de diversos melhoramentos que temos em mente, já na parte material, já na parte literária ou intelectual (*Jornal das Famílias*, janeiro de 1864).

O cuidado dedicado ao tratamento do jornal ajuda a entender os motivos de seu sucesso. Apesar de não ser possível determinar a quantidade exata de exemplares publicados, o texto evidencia a boa recepção que o periódico teve, além de antecipar mudanças planejadas para as seções das edições futuras.

O jornal, descrito como elegante, com artigos leves, ilustrações impecáveis, gravuras refinadas e impressões delicadas, transmite uma aura de sofisticação e

⁵ Construir um periódico destinado exclusivamente ao público feminino não foi uma inovação do Garnier. A revista *O Espelho Diamantino* – Periódico de política, literatura, Belas Artes, Teatro e Modas dedicado às senhoras brasileiras editada por Pierre Plancher, em 1827, é a primeira revista feminina no Brasil segundo Maria Helena Camara Bastos em *Leitura das Famílias Brasileiras no século XIX: o Jornal das Famílias* (1836-1878)

charme. Essa descrição estabelece uma ligação clara com o tom gentil e afável dirigido às leitoras, reforçando uma imagem de submissão e obediência feminina, público para o qual o periódico buscava oferecer orientação.

Em fevereiro de 1869, após sete anos de circulação, essa mesma visão da mulher leitora se faz presente em um novo editorial.

Por esta ocasião permitam-me VV.Ex., que lhe digamos duas palavras sobre o modo por que temos desempenhado as nossas promessas e esperanças que nutrimos de aperfeiçoar o nosso programa. Graciosos romances têm sido publicados em nossas colunas nos seis anos de existência que já contamos, e parece-nos que nem uma só vez a delicada susceptibilidade de V. E. tem sido ofendida. Anedotas espirituais e morais têm por certo causado prazer que as pessoas de finíssima educação experimentam nesse gênero de amena literatura, e mais de uma vez conseguiram dissipar as névoas da melancolia que se haviam acumulado nas belas frentes de nossas leitoras (*Jornal das Famílias*, fevereiro de 1869).

Os termos "gracioso" e "ameno" costumam ser empregados para descrever a literatura, frequentemente apresentada como um instrumento de moralização. Essa ideia é fortalecida pelo cuidado em não ofender as leitoras de refinada educação, priorizando, ao contrário, a dissolução das sombras da melancolia. A literatura, nesse contexto, é destacada como uma forma de distração, um meio voltado unicamente ao entretenimento.

Todos os leitores eram incentivados a contribuir com o jornal.

As pessoas que quizerem honrar este jornal com a sua colaboração terão a bondade de remetteros seus artigos, em carta fechada, á comissão da Redacção do Jornal das Famílias, rua do Ouvidor, 65, livraria de B. L. GARNIER, Rio de Janeiro, ou em Paris, rua de l'Abbaye, 14. Aceitão-se sobretudo com prazer os artigos instrutivos e que tratem de economia domestica, hygiene e interesses do Brasil; esses artigos, porém, não poderão mais ser reclamados por seus autores, ainda quando por qualquer motivo deixem de ser publicados (*Jornal das Famílias*, agosto de 1877, p. 37 – grifo, maiúscula e linguagem mantidas conforme o periódico).

Não oferecia garantia de publicação para os artigos submissos, mantendo uma preferência por textos instrutivos voltados à formação da mulher. Essa abordagem se torna ainda mais perceptível pelo destaque dado aos colaboradores, que em sua maioria eram padres ou indivíduos ligados à Igreja. Esse fato não apenas reforçava o caráter católico e tradicional do periódico, centrado na ideia do

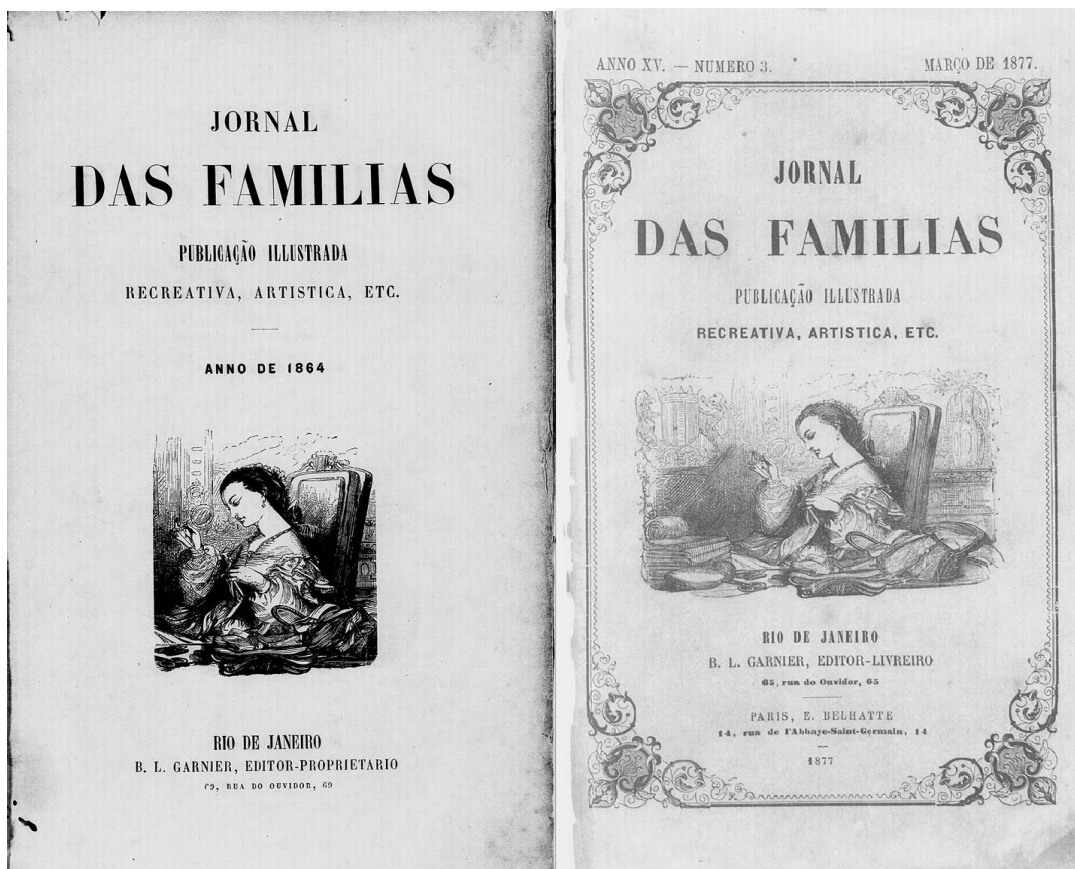
casamento, como também o alinhava a valores morais, algo que provavelmente contribuía para suas vendas.

Muitos desses colaboradores deixaram contribuições que reiteravam os valores religiosos relacionados ao casamento ideal. Era comum encontrar narrativas inspiradas em histórias bíblicas, recriadas em um estilo romancado para atrair o público. A temática principal do jornal evidenciava sua preocupação em moralizar e educar mulheres para desempenharem os papéis de esposas e mães exemplares, sendo esse o grande foco editorial do periódico que:

mesmo editado por homens, demonstra preocupação em satisfazer mesmo que sob a ótica masculina, aos anseios de suas leitoras. Elas não são informadas sobre as conquistas alcançadas pela mulher em todo o mundo, mas são retratadas pela iconografia e pelas cartas de redação como efetivadas leitoras, que precisam ser educadas para dar ordens às criadas, que desejam ser informadas sobre as últimas tendências da moda de Paris e que precisam ler literatura para se distrair e para aprender com os sucessos e fracassos das protagonistas das narrativas. Enfim lendo e se informado, seriam melhores mães e esposas (Pinheiro, 2002, p. 98).

A intenção representada na capa do jornal é evidente, pois durante os dezesseis anos de sua circulação manteve a mesma ilustração: uma mulher sentada entre utensílios de costura, em uma postura descontraída e com o olhar atento à sua tarefa⁶. Abaixo, encontram-se reproduzidas as capas de 1864 e 1877. Na edição mais recente, além dos endereços de correspondência no Brasil e na França, nota-se uma ampliação da ilustração, que agora inclui detalhes da rica ambientação doméstica da mulher, além de um contorno adornado com desenhos elaborados.

⁶ Muitos historiadores afirmam que as mulheres leitoras no Brasil do século XIX eram burguesas e que o trabalho manual quase não era realizado por elas, visto que existiam os escravos que realizavam todo o trabalho e com o surgimento das pequenas lojas o centro urbano passou a vender chapéus, rendas e vários outros ornamentos decorados.

Figura 1: *Jornal das Famílias* (janeiro de 1864 e março de 1877)

Fonte: Hemeroteca Digital (<https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico>)

Alexandra Pinheiro faz uma advertência significativa sobre a capa: "o *Jornal das Famílias*, apesar de a capa mostrar, mês após mês, uma mulher costurando, a iconografia que ornamenta as seções tem poucas imagens que remetem ao trabalho manual." (2002, p. 67). A maioria das ilustrações retratava mulheres lendo para a família, passeando com uma amiga ou rodeadas por crianças. As imagens eram extremamente detalhadas, geralmente mostrando mulheres brancas, elegantemente vestidas, em cenários predominantemente associados ao universo burguês.

Em todas as representações, as mulheres aparecem serenas, demonstrando total controle das situações sociais a que pertenciam, com uma postura admirável, olhar afetuoso e roupas impecáveis. O apuro na elaboração das ilustrações, que certamente era um dos atrativos do jornal, fica evidente nas imagens a seguir.

Figura 2: *Jornal das Famílias* (novembro e dezembro de 1869)

Fonte: Hemeroteca Digital (<https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico>)

A rica ilustração do mês de novembro apresenta a figura da mulher leitora, com um livro delicadamente segurado em sua mão. Em muitas representações, o livro serve apenas como um ornamento, assim como os instrumentos de costura, simbolizando elementos comuns do cotidiano feminino. Já na ilustração de dezembro, última página do jornal na seção de modas, a cena mostra uma mulher segurando uma menina, em uma sugestiva alusão ao papel maternal de introduzir sua filha à sociedade. Curiosamente, muitas das imagens usadas nesse espaço eram reproduções de um jornal francês.

A seção "Economia Doméstica" desempenhava um papel importante ao abordar a preparação das mulheres para a administração do lar. Iniciada em 1865, essa seção oferecia receitas culinárias, conselhos sobre economia doméstica, dicas para cuidados na cozinha, noções de etiqueta, remédios caseiros e orientações sobre higiene no lar — instruções essenciais para a educação das mulheres na época e para consolidá-las como boas donas de casa.

Porém, sinais de inquietação quanto ao casamento moderno já começavam a surgir entre as leitoras. Em junho de 1875, Victoria Colonna publicou um artigo intitulado "Os Casamentos de Hoje". No texto, a autora critica os casamentos precipitados e arranjados ainda na juventude, sugerindo que os pais pareciam estar ansiosos para se desfazer da responsabilidade de criar suas filhas, transferindo-a diretamente para os maridos. Ela aponta que "há demasiado açodamento em casar as moças" (p. 21). Colonna condena as uniões matrimoniais planejadas, onde jovens mulheres eram levadas ao casamento sem conhecer bem seus futuros esposos, contrariamente ao texto visto anterior do padre Manuel Bernardes, que o dinheiro "é um poderoso auxiliar para a harmonia do casal, as d'ahi a considerar[mos] optimo um consórcio só porque um dos noivos, ou ambos, teem bens da fortuna, dista muito." (p.22).

Até certo ponto, esse texto parece questionar o estereótipo tradicional da mulher submissa e obediente propagado em outras partes do jornal. Contudo, ao concluir o artigo, Colonna reforça o conservadorismo ao recomendar que os pais dediquem mais tempo à educação de suas filhas, capacitando-as para administrar as responsabilidades domésticas que viriam após o casamento.

Além disso, vários outros artigos dessa seção expunham objeções à figura da mulher progressista. Por exemplo, no texto "Fragmentos de um Livro", de Maria Amália, há uma crítica expressa aos romances que retratam mulheres à frente de seu tempo.

O romance moderno, o romance d'essa escola que se apraz em endeosar os vícios e em sustentar como peregrinas as theses mais absurdas, são flagelos que se lançam no seio da sociedade.

E, de facto, qual o bom senso que não repugna esse realismo de madame Bovary, essa febre de Fernand, de Dumas; das Cortezãs, de Balzac; de Jacques e Valentina, de madame Jorge Sand?

Eu quizeria que por uma vez se abolissem esses livros perigosos das mãos inexperientes, esses filtros damnhos que tanto corrompem a alma, como corrompem também o coração (*Jornal das Famílias*, dezembro de 1864, p. 15).

Considerar os romances modernos como *filtros damnhos* evidencia a ameaça que a representação de mulheres que não se ajustavam à imagem de obediência e passividade poderia trazer. Com o surgimento da seção "Economia Doméstica", a coluna "Mosaico" passou a adotar um viés predominantemente

voltado para anedotas. Entre as diversas narrativas presentes, destaca-se uma publicada em novembro de 1869, que exemplifica com clareza a condição feminina da época:

Uma moça casada de pouco tempo estava um dia bocejando muito ao pé de seu marido, que lhe perguntou se estava aborrecida da sua companhia, ao que ella respondeu:

- Não; mas é que como tu e eu não formamos senão um, aborrece-me quando estou só. (*Jornal das Famílias*, novembro de 1869, p. 23)

A existência da mulher como uma extensão do homem é representada pela ideia de que ela teria sido criada a partir da costela de Adão. Essa visão reforça a ideia de que sua vida só possui sentido na presença do companheiro; ela parece incapaz de se imaginar ou existir sozinha, sempre dependendo da figura masculina ao seu lado.

É importante lembrar que o texto em análise foi publicado em um jornal voltado exclusivamente para a burguesia, com o intuito de perpetuar os valores dessa classe social. Esse contexto fica evidente no conto **O casamento e a mortalha no céu se talha**, de Ernesto de Castro, lançado em outubro de 1877. Nele, acompanhamos um major preocupado com o futuro de sua filha Leonor, que aos vinte e quatro anos ainda não havia se casado. Ao longo da narrativa, possíveis pretendentes surgem, mas por diversas razões o matrimônio nunca se concretiza. Inicialmente, o desejo do pai era que a jovem desposasse um intelectual ou profissional graduado, mas à medida que o tempo passa, ele passa a valorizar a segurança financeira proporcionada por um capitalista. Para ele, mais importante que status acadêmico ou nobreza era garantir o conforto material da filha.

A trama segue apresentando episódios reveladores dessa cultura matrimonial da burguesia. Em determinada cena, um pretendente refinado é convidado para jantar na casa do major e, ao final da refeição, Leonor é solicitada a entretê-lo ao piano. Infelizmente, sua falta de habilidade musical acaba afastando o possível par — como se essa suposta "imperfeição" invalidasse suas chances como esposa. Tal detalhe reforça um padrão da época em que as mulheres eram reduzidas a qualidades que as tornassem "aceitáveis" no mercado matrimonial.

Os anos passam e, já aos 27, Leonor permanece solteira. O narrador avidamente destaca costumes daquela sociedade: os bailes, as conversas frívolas entre amigas, os jantares para apresentação de pretendentes, as frequentações ao teatro, compras obsessivas para o enxoval e a constante preocupação com o "tempo certo" para casar. A idade avançada da protagonista é tratada quase como um fardo: "A Leonor ia fazer vinte e cinco anos e, entretanto, ainda estava solteira. Forte caiporismo!" (*Jornal das Famílias*, outubro de 1877, p. 9).

Como agravante na história, um dos pretendentes é recusado pelo próprio pai de Leonor, que o despreza por não pertencer à mesma camada social da família — fator que simboliza claramente os limites impostos pelas convenções burguesas daquele período histórico.

— Papai eu já estou com vinte e cinco anos e acaba de recusar a minha mão a este moço, por quê?
Foi o que Leonor perguntou ao major, quando ele contou o facto da recusa
— Filhinha, então queres casar com um rapaz filho não sei de quem; e que não tem eira nem beira? (*Jornal das Famílias*, outubro de 1877, p. 11).

Apesar da urgência em casar a filha, a preocupação em preservar a posição social da família se torna evidente. Sendo uma publicação claramente voltada aos interesses da burguesia, um casamento com um homem sem recursos financeiros estava fora de cogitação. O major, então, encontra uma solução para o dilema: após uma viagem, retorna acompanhado de Ambrósio, um homem de cinquenta anos, "terrivelmente feio", mas de grande fortuna. Viúvo de quatro mulheres e com a reputação de "Barba Azul", Ambrósio já não conseguia mais encontrar alguém disposto a se casar com ele e ansiava por uma nova união a qualquer custo. Leonor aceita o casamento e, embora a relação não seja baseada em amor, garante um futuro seguro e alinhado com os valores da classe burguesa.

Em diversas narrativas da época, as mulheres são retratadas como submissas e passivas, refletindo diretamente os ideais propagados pelo jornal. Essas histórias descrevem esposas obedientes aos seus maridos, resignadas à posição subalterna e responsáveis exclusivamente por cuidar do lar, supervisionar os empregados e educar os filhos. O casamento é pintado como harmonioso, marcado por felicidade e fidelidade, às custas da anulação dos desejos individuais da mulher.

Frederic Mauro sintetiza com precisão essas representações encontradas nas publicações do periódico.

Era necessária uma leitura tranquila, de pura fantasia, sem nenhum fundamento na realidade, histórias que acontecessem em um mundo convencional em que os despeitos amorosos eram os únicos sofrimentos onde tudo girava em torno de olhos bonitos, suspiros e confidências trocadas entre damas elegantes. Era o triunfo constante do bem sobre o mal e do amor, contanto que não fosse por interesse. A mulher inconstante e o caçador de dotes eram sempre punidos, e os apaixonados fiéis e sinceros sempre viam a realização de seu amor, sob a forma do casamento (Mauro, 1991, p. 227).

Com isso, muitas das histórias de amor apresentadas pelo jornal trazem uma visão dolorosa para a construção da mulher contemporânea: em sua maioria, são mulheres brancas⁷ que se submetem às determinações feitas por homens, sejam eles pais ou maridos. Por meio de narrativas simples, a moralidade era transmitida através dos bons exemplos exibidos por essas mulheres obedientes, criando uma imagem que as leitoras deveriam tomar como referência.

No jornal, a visão das mulheres era predominantemente apresentada por homens, uma vez que estes constituíam a maior parte dos colaboradores. Eles eram os autores responsáveis por interpretar e atribuir sentido ao conceito do feminino, o que frequentemente resultava em uma imagem estereotipada. O livreiro Garnier, por sua vez, soube cativar o público feminino ao abordar o pensamento das mulheres da época, descrevendo seus interesses e aspirações. No entanto, evitava tratar diretamente da questão da emancipação feminina. Seu objetivo era entreter as leitoras sem desagradar pais ou maridos, o que talvez explique a longevidade do jornal, especialmente considerando que ele não era acessível financeiramente nem dependia de publicidade para se sustentar.

Jaison Crestani, autor do livro "Machado de Assis no Jornal das Famílias", sintetiza de forma perspicaz o papel desempenhado pelo jornal.

Uma publicação preocupada com a instrução moral, destinada a atender às expectativas de um público majoritariamente feminino, oferecendo-lhe – entre ensinamentos religiosos, receitas culinárias, figurinos de moda, moldes, bordados, desenhos e assuntos de utilidade e recreio – uma literatura amena,

⁷ A maior parte das mulheres presentes nas narrativas é branca. Das 223 narrativas presentes no jornal, apenas três tratam de personagens negras, que não fazem parte da elite da época e nem têm um final feliz.

essencialmente romântica, determinada a instruir e a emocionar as leitoras, ocupando-lhes o tempo e dissipando-lhes o tédio e as “névoas da melancolia” (Crestani, 2009, p. 66).

O periódico refletia a ideologia da classe burguesa, influenciando as leitoras da época que absorviam avidamente as receitas e orientações divulgadas em suas páginas. Isso torna essencial revisitar esse acervo não com uma perspectiva museológica, mas com um olhar crítico, questionando as verdades que o jornal propagava. Essa abordagem exige que o arquivo seja compreendido não como um objeto sagrado a ser aceito sem contestação, mas, segundo as reflexões de Foucault, Derrida e Pêcheux, como um documento que demanda análise subjetiva para desvendar os discursos que veicula e as imagens que constrói. Daí surge o título deste texto: há a necessidade de desarquivar a imagem da mulher promovida pelo periódico, jogando luz sobre sua representação limitada e sua construção ideológica.

No final de 1878, o jornal foi suspenso, muito possivelmente por não estar alinhado à decadência do Império e à ascensão dos liberais ao poder. Essa mudança política teve um impacto profundo sobre toda a sociedade no Rio de Janeiro e abriu caminhos para que o liberalismo começasse a alterar gradualmente as estruturas sociais. Nesse novo contexto, o jornal que se empenhava em defender ferrenhamente a moralização da família burguesa perdeu seu propósito. A publicação, que repetidamente reforçava uma visão preocupante da mulher reduzida ao papel de dona de casa e esposa ideal, em função exclusiva dos deveres domésticos, encerrou suas atividades.

A análise do *Jornal das Famílias* (1863-1878) transcende a visão do periódico como documento estático, situando-o como um arquivo vivo e discursivo que molda o ideal feminino oitocentista através de escolhas editoriais, capas e seções. Ao problematizar elementos como a moralização e a educação da mulher, a pesquisa demonstra como o arquivo funciona como um espaço político de seleção e legitimação. Essa operação revela que a memória preservada sobre a leitora não é neutra, mas o resultado de uma engrenagem ideológica deliberada.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Maria Helena Câmara. Leituras das Famílias Brasileiras no século XIX: o *Jornal das Famílias* (1863-1878). *Revista Portuguesa de Educação*, Braga: Portugal - Universidade do Minho, v. 15, n. 002, 2002. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=37415209>>. Acesso em: 30 jul. 2026.

BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos Permanentes: Tratamento Documental*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004. 320 p.

CRESTANI, Jaison Luís. *Machado de Assis no Jornal das Famílias*. São Paulo: Nankin: Edusp, 2009.

DERRIDA, J. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Trad. Claudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. Trad. Fatima Murad. São Paulo: Edusp., 2009.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. 7. ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil – sua história*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1985.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. *Revista Ciência da Informação*, v. 25, n. 2, 1995, p. 1-13. Disponível em: <<https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/659>>. Acesso em: 30 jul. 2026.

JORNAL DAS FAMÍLIAS, Paris: B. L. Garnier, 1863-1878.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: ROMANO, Ruggiero (dir.) *Enciclopédia Einaudi*. Porto, Imprensa Nacional, v. I, 11-50, 1984.

MAURO, Frédéric. *O Brasil nos tempos de D. Pedro II (1831-1889)* 2 reimpressão. Trad. Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993. Recuperado de <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>>. Acesso em: 30 jul. 2026.

PAES, M. L. *Arquivo: teoria e prática*. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni (Org.). *Gestos de leitura*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1982.

PINHEIRO, Alexandra Santos. *Revista Popular (1859-1862) e Jornal das Famílias (1863-1878)*: dois empreendimentos de Garnier, 30/06/2002 410 f. Mestrado em

Letras Instituição de Ensino: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Sede, São Paulo Biblioteca Depositária: FCL).

RICOUER, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Trad. Alain François et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína FERREIRA, Marieta. (Coords.). *Usos e abusos de história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 93-101.

Recebido em: 11/04/2026

Aprovado em: 06/07/2026